UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HIDE ABREU HOSSOÉ

**A TRÍPLICE RESPONSABILIDADE NOS CRIMES AMBIENTAIS – COM
ENFOQUE NA APLICABILIDADE DAS SANÇÕES NAS ÁREAS EMBARGADAS.**

CURITIBA

2021

HIDE ABREU HOSSOÉ

**A TRÍPLICE RESPONSABILIDADE NOS CRIMES AMBIENTAIS – COM
ENFOQUE NA APLICABILIDADE DAS SANÇÕES NAS ÁREAS EMBARGADAS.**

Artigo apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Pós Graduação em Direito Ambiental, Setor de Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Alexandre Nicoletti Hedlund

**Curitiba
2021**

A tríplice responsabilidade nos crimes ambientais – com enfoque na aplicabilidade das sanções nas áreas embargadas.

Hide Abreu Hossoé

RESUMO

O presente artigo tem como escopo o estudo da tríplice responsabilidade nos crimes ambientais – com enfoque na aplicabilidade das sanções nas áreas embargadas. Para tanto, foi realizada uma análise sobre o conceito de crime ambiental no âmbito das três esferas: penal, civil e administrativa previstos na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225, § 3º, que versa sobre as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente e prevê a possibilidade de responsabilização nas três esferas. A existência de embargo ou interdição ambiental como medida de sanção por infração administrativa tornou necessária, de igual modo, uma análise quanto a aplicabilidade das sanções em áreas embargadas por desmatamento ilegal no estado de Mato Grosso.

Palavras-chaves: Direito Ambiental. Responsabilidade Jurídica. Tríplice Responsabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é notoriamente conhecido por suas dimensões continentais, sua admirável abundância climática, seu incomensurável patrimônio ambiental, o país, é considerado também por ter a maior diversidade biológica do planeta. À vista disso, esta exuberante biodiversidade tem sido drasticamente afetada pelas diversas ações humanas ao longo dos anos, tornando a temática ambiental um dos principais problemas de maior relevância que o mundo vem sofrendo nos dias atuais.

É entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça que a responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais está vinculada a imputação de um ou mais agentes que, supostamente, levaram a empresa ao

cometimento do crime ambiental. Em caso diverso não poderia a pessoa jurídica ser responsabilizada.

Diante do exposto, este artigo terá como objetivo, compreender a posição do direito nas três esferas ante o direito ambiental, trazendo como foco principal a discussão em torno da tríplice responsabilidade imputada à pessoa jurídica e/ou físicas em matéria ambiental.

Neste contexto, buscou-se apresentar de maneira objetiva a posição da tríplice responsabilidade das pessoas enquanto sujeitos ativos de crimes ambientais, identificando e pontuando os principais aspectos da (in) eficácia da tríplice responsabilidade das pessoas jurídicas e/ou físicas ante os crimes ambientais.

Cumprе ressaltar, que o presente artigo possui o intuito de demonstrar possíveis soluções para a problemática da (in) eficácia da tríplice responsabilidade das pessoas jurídicas e/ou físicas nos crimes ambientais de forma que se tornou de extrema importância a verificação e análise quanto a aplicabilidade das sanções sobrepostas nas áreas embargadas.

O estudo em destaque consistiu em analisar a tríplice responsabilidade imputada a pessoa jurídica e/ou física face aos crimes ambientais por ela perpetrados e a operacionalização subsidiária de futuras pesquisas em torno dessa problemática.

O aspecto metodológico da pesquisa para prospecção do trabalho em tela se fundamenta no método hipotético-dedutivo, elaborado na identificação de uma problemática e na consecução de pressuposições plausíveis para esta.

As ferramentas de coleta de informações foram tipificadas, especialmente através de uma pesquisa de cunho bibliográfico, tornando-se imprescindível a presença de um consistente complexo literário que fundamentou e configurou ao estudo exposto veracidade e possibilidade da possível aplicabilidade nos casos em que foram congruentes.

Para melhor apreciação da questão abordada, verifica-se pertinente a definição de alguns conceitos essenciais dentro do contexto ambiental, apontando a importância dos demais.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DIREITO AMBIENTAL

2.1 Sobre o Meio Ambiente

Por oportuno, observa-se a necessidade de definir de meio ambiente.

Assim, considera-se meio ambiente o conjunto de fenômenos físicos, químicos, bióticos e sociais que atuam como um sistema natural, ou seja, é o meio em que vivemos, essencial para a permanência da espécie humana, todavia, esta diversidade ecológica vem sofrendo uma massiva e constante intervenção antrópica.

É imperioso lembrar que a Lei nº. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, foi percussora na implementação do direito ambiental no Brasil, haja vista que foi somente com o advento desta norma que o meio ambiente passou ser tratado como objeto explícito de proteção, trazendo em seu artigo 3º, I, o conceito de meio ambiente como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (BRASIL, 1981).

Contudo, vale lembrar que a Resolução do Conama nº. 306, de 5 de julho de 2002, em seu anexo, inciso XII, trouxe a seguinte definição de meio ambiente: “conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (CONAMA, 2002).

A despeito, a Norma ABNT NBR ISO 14001:15 assim dispõe: “meio ambiente circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações”. (ISO, 2015).

Deste modo, meio ambiente nada mais é do que a relação entre os seres vivos e não-vivos e os seres humanos que influem nos ecossistemas.

2.2 Direito Ambiental

Antes de adentrar ao conceito de Direito Ambiental, importa registrar que no Brasil há diversas nomenclaturas atribuídas para designar o conceito deste ramo do direito, destaco aqui as predominantes dentre os doutrinadores: direito ambiental,

direito do ambiente, direito ecológico e direito do meio ambiente. Direito do meio ambiente, esta é a terminologia utilizada pela Carta Constitucional de 1988.

O conceito de Direito Ambiental está alicerçado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que assim determina:

Art. 225. Todos têm **direito ao meio ambiente** ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988). (Grifei).

Portanto, extrai-se da Lei Maior que o Direito ambiental é um ramo do direito público, independente, pois tem como objeto estudar o meio ambiente e sua relação com o ser humano.

Importa consignar que no Brasil o conceito de direito ambiental está diretamente relacionado com o desenvolvimento socioeconômico e não exclusivamente com a questão da conservação ambiental propriamente dita, visto que o direito ambiental foi criado não apenas com o intuito de proteger e resguardar o meio ambiente, pois esta seria uma visão errônea, tendo em vista que ele busca impulsionar o desenvolvimento social e econômico do país e não o contrário, porquanto, do contrário, acarretaria em uma agressão ao meio ambiente, mesmo que indiretamente.

Nesse sentido, necessário se faz mencionar o entendimento do ilustre doutrinador Marcelo Abelha Rodrigues (2016), pois para ele o termo “meio ambiente” não representa tão somente o conceito de espaço ou de simples ambiente, mas está diretamente relacionado com tudo que:

Situado nesse espaço, é essencial para a vida com qualidade em todas as suas formas. Logo, a proteção do meio ambiente compreende a tutela de um meio biótico (todos os seres vivos) e outro abiótico (não vivo), porque é dessa interação, entre as diversas formas de cada meio, que resultam a proteção, o abrigo e a regência de todas as formas de vida. (RODRIGUES, 2016, p.70).

Contudo, no direito ambiental não é possível discernir quem irá favorecer-se com uma política sadia de conservação ambiental, pois sua área de atuação visa

proteger os interesses difusos, isto é, a manutenção e a preservação do meio ambiente.

3 Considerações Sobre Dano Ambiental e a Tríplice Responsabilidade nos Crimes Ambientais

3.1 Dano Ambiental

De acordo com o artigo 3º, III, da Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, dano ambiental consiste na alteração das características biológicas, físicas e químicas do meio ambiente, resultantes das atividades antrópicas que direta ou indiretamente afetem qualidade dos recursos ambientais, a saúde, a segurança e o bem-estar da população; gerem condições contrárias as atividades socioeconômicas, afetando negativamente a biota e, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

Neste mesmo sentido, Amado (2018) define dano ambiental:

- “como um prejuízo causado ao meio ambiente por uma ação ou omissão humana, que afeta de modo negativo o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, por consequência, atinge, também de modo negativo, toas as pessoas, de maneira direta ou indireta (...)” -.

À vista disso, imprescindível destacar que o dano ambiental, por vezes, pode atingir, material ou moralmente, o patrimônio, os interesses ou a saúde de determinada pessoa ou grupo de pessoas, muito embora, sempre incida sobre o ambiente, recursos e elementos que o compõe, em prejuízo da coletividade.

MILARÉ (2014), partindo da premissa de que através da conformação que o Direito dá ao dano ambiental, é possível distingui-lo conforme os aspectos de sua dimensão:

(i) o dano ambiental coletivo ou dano ambiental propriamente dito, causado ao meio ambiente globalmente considerado, em sua concepção difusa, como patrimônio coletivo; e (ii) o dano ambiental individual, que atinge

peças certas, através de sua integridade moral e/ou de seu patrimônio material particular. (MILARÉ, 2014).

Desta forma, entende-se que o dano ambiental é tido pela diminuição de um bem ou interesse jurídico, decorrente de um fato praticado contra a vontade do titular do bem ou interesse, isto porque, os danos ambientais não apenas se limitam às agressões ao meio ambiente, mas compreendem também os procedimentos que, direta ou indiretamente agredem o meio ambiente em quaisquer de seus aspectos.

Contudo, Amado (2018) entende que não se pode afirmar que configura dano ambiental toda e qualquer atividade humana que impacte o meio ambiente, mas tão somente “quando se ultrapassar a capacidade natural de absorção ambiental, o que deve ser feito casuisticamente e com proporcionalidade, sem se descurar da natureza sinérgica dos danos ambientais”.

Insta elucidar ainda, que a melhor forma de se evitar o dano ambiental ou quando este já tiver ocorrido, de minimizá-lo é antevendo os riscos e impactos que determinada obra ou atividade possa vir a ocasionar.

Nesse raciocínio, MILARÉ (2014) preleciona, de modo esclarecedor, no sentido de que o princípio da prevenção, na prática, visa impedir a eventos danosos ao meio ambiente, “através da imposição de medidas acatolatórias, antes da implantação de empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras”.

Observa-se, por oportuno, que ao tratar-se de riscos e impactos desconhecidos, ou seja, aquele que se dá em relação ao perigo abstrato, quando não for possível antever os danos ambientais que determinado empreendimento ou atividade possam vir a ocasionar, necessário se faz dar primazia ao meio ambiente, não permitindo, pois, o desenvolvimento de tal atividade ou empreendimento sem que antes haja elementos suficientemente capazes de aferir os impactos que poderão ser acarretados em decorrência de tais ações.

Amparado pelo princípio da precaução, aqui o intuito não incide em negar o uso do ambiente, mas sim, de advertir de precauções necessárias, considerando ser um risco a utilização de um ambiente sem prévios cuidados.

Esse também é o entendimento da doutrina majoritária, consoante se conclui do pensamento de Carvalho:

“(...) faz-se necessária a antecipação aos danos ambientais por meio de um sistema de gerenciamento dos riscos ambientais pelo Direito Ambiental. (...) a fim de evitar a concretização futura de danos ambientais, é seguida pela trilogia estrutural do Direito Ambiental Contemporâneo, ou seja, por uma interação entre os princípios da equidade intergeracional, da prevenção e da precaução. (...) para que os riscos ambientais sejam geridos com o escopo de que sejam prevenidos os danos ambientais futuros (...)”. (2020).

Portanto, vale dizer que o dano ambiental nada mais é do que a lesão causada aos recursos ambientais com conseqüente degradação e alteração adversa do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, não se configurando como danos ao meio ambiente toda e qualquer modificação de suas propriedades.

3.2 Tríplice Responsabilidade nos Crimes Ambientais

Responsabilidade ambiental visa resguardar o meio ambiente dos danos causados pelas atividades antrópicas, sendo, portanto, impostas sanções legais que obrigam a pessoa física ou jurídica a responder com sua pessoa ou bens, em decorrência de ação ou omissão que, viole os dispositivos legais.

Assim, ao questionar-se quanto aos limites do Direito Penal, Direito Civil e Direito Administrativo na tutela ambiental, ante a tríplice responsabilização da pessoa física ou jurídica pelo dano ambiental, o ordenamento jurídico brasileiro elegeu expressamente a tríplice responsabilidade ambiental, a qual versa sobre a obrigação de responder pelo dano ambiental ocasionado ou ainda, pelo descumprimento das normas que regem a matéria, podendo a responsabilização da pessoa física ou jurídica ocorrer nas esferas civil, penal e administrativa.

Isso porque, a Carta Constitucional estabelece sanções penais, administrativas e civis, podendo ser aplicadas de forma independente ou cumulativamente, contudo, necessário se faz aferir a mais adequada e suficiente, conforme previsão do artigo 225, § 3º, da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...] § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988).

Consoante já assentado na Lei Maior, artigo 225, § 3º, constitui-se que a pessoa jurídica na qualidade de sujeito ativo da relação processual poderá responder ante as três esferas, reafirmando na Lei de crimes ambientais (Lei 9.605/98), especificamente, em seu artigo 3º, a imposição posta no Texto Constitucional, conforme se lê:

[...] as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. (BRASIL, 1998).

Entretanto, importa frisar que o dispositivo legal que trata de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98 em seu artigo 3º, antevê que a responsabilidade das pessoas jurídicas não tem o condão de excluir a responsabilidade das pessoas físicas, ainda que coautoras ou partícipes do mesmo fato ilícito, visto que a empresa, por si mesma, não comete crimes.

Portanto, extrai-se que o infrator poderá incidir em mais de uma punição pela mesma conduta, contanto que em esferas diferentes.

3.3 Responsabilidade Civil Ambiental

Inicialmente, importa esclarecer que a responsabilidade civil pelos danos ambientais foi instituída pela Lei 6.938/81, artigo 14, § 1º, e posteriormente alicerçada na Constituição Federal, visando a reparação dos danos ocasionados ao meio ambiente, bem como, a punição do responsável.

Lei 6.938/81, artigo 14, § 1º, estabelece que:

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, **é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.** O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (BRASIL, 1981).

Conforme se extrai da letra da lei, a responsabilidade civil ambiental possui natureza objetiva, ou seja, impõe ao poluidor a obrigação jurídica de reparar o dano causado ao meio ambiente, bastando para sua caracterização, a existência do nexo de causalidade e o dano.

Isso porque, o nexo de causalidade é imprescindível para determinar a quem deverá ser atribuída a conduta danosa, bem como, para averiguar a extensão do dano que será imputado ao responsável.

Nesse sentido, é o entendimento jurisprudencial em nosso ordenamento jurídico, segundo o qual, considera a comprovação do nexo de causalidade um dos pressupostos mais importantes da responsabilidade civil por danos ambientais, para que só então, surja o dever de indenizar.

Sobre o tema, esse é o entendimento jurisprudencial majoritário a respeito, senão veja-se o que decidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO AMBIENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - DANO AMBIENTAL - RECOMPOSIÇÃO - QUEIMADA - NEXO CAUSAL - AUSÊNCIA - REGENERAÇÃO NATURAL - OCORRÊNCIA. 1- **A responsabilidade civil pela reparação dos danos ambientais é objetiva**, de acordo com a teoria do risco integral, **sendo imprescindível a comprovação do dano e o nexo causal para que surja o dever de indenizar**; 2- **Ausente a prova do nexo de causalidade**, decorrente da inexistência de elementos que permitam estabelecer vínculo entre a conduta do agente e o dano causado por incêndio florestal, **afasta-se a responsabilidade pelos danos**; 3- A regeneração natural da área florestal degradada exime o proprietário do imóvel do dever de restauração.

(TJ-MG - AC: 10400150004663001 MG, Relator: Renato Dresch, Data de Julgamento: 10/10/2019, Data de Publicação: 15/10/2019).

Deste modo, como se vê, ausente a comprovação do nexo causal, não há liame entre a conduta e o dano, portanto, exclui-se a responsabilidade e, conseqüentemente o dever de indenizar.

Contudo, no Direito Ambiental, muito embora não haja o dever de indenizar, em razão da ausência de responsabilidade, ainda assim, caberá ao proprietário da área o dever de reparar o dano quando não houver regeneração natural, não sendo este o caso, não será imposta a responsabilização pela restauração do dano, por não se encontrarem presentes os pressupostos essenciais para sua caracterização.

3.4 Responsabilidade Administrativa Ambiental

Diferentemente da responsabilidade civil, aqui a responsabilidade não é objetiva, mas sim subjetiva, sendo, portanto, necessária a comprovação de dolo ou culpa para a aplicação das sanções administrativas.

Outrossim, na esfera administrativa, a responsabilidade é conduzida pelo Princípio da Legitimidade dos Atos Administrativos, de acordo com o qual presumem-se verdadeiros os fatos descritos pelos agentes fiscalizadores. Contudo, para que a Administração Pública seja beneficiária dessa presunção de veracidade, é imprescindível que preencha um padrão mínimo de prova, decorrente da presunção de inocência.

Porquanto, no âmbito da responsabilidade administrativa a presunção não é absoluta, vez que no direito sancionador, como é o caso na esfera administrativa, admite-se primeiro, a presunção de inocência, sendo, portanto, necessário a culpabilidade estar suficientemente demonstrada por elemento probatório robusto e cabal, a fim de justificar a autuação e as sanções aplicadas caso a caso, ainda no momento da autuação.

Considerando que a responsabilidade administrativa é de natureza subjetiva e não objetiva, não há que se falar em incidência da teoria do risco integral

no âmbito administrativo. Portanto, não se admite a alegação que a responsabilidade administrativa não admita excludentes de responsabilidade.

Deste modo, a responsabilidade ambiental na esfera administrativa é afastada pela ocorrência de excludentes de responsabilidade – caso fortuito, força maior e fato de terceiro, vez que tais excludentes desconstituem o elemento subjetivo intrínseco à legal aplicação das sanções administrativas, impedindo a desproporcionada punição de quem não tenha dado causa ao dano ambiental.

3.5 Responsabilidade Penal Ambiental

Importa consignar que ao questionar-se quanto aos limites do Direito Penal na tutela ambiental, ante a tríplice responsabilização da pessoa física ou jurídica pelo dano ambiental, a Carta Constitucional estabelece em seu artigo 225 sanções penais, administrativas e civis, podendo ser aplicadas cumulativamente, contudo, necessário se faz aferir a mais adequada e suficiente.

No âmbito do direito penal a responsabilidade é subjetiva e, portanto, fundada na culpa ou no dolo. Assim, imprescindível que o agente tenha agido mediante vontade, representação e consciência da ilicitude para que a sanção penal lhe seja imposta.

Outrossim, como se vê a responsabilidade penal encontra alicerce no artigo 225, § 3º, da Constituição Federal de 1988, que constituiu as pessoas físicas ou jurídicas a qualidade de sujeito ativo da relação processual penal, estabelecendo na Lei de crimes ambientais, especificamente, em seu artigo 3º, que:

“Art. 3º. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.”

Contudo, ressalta em seu parágrafo único e artigo 4º que a responsabilidade penal da pessoa jurídica não afasta responsabilidade penal da pessoa física, veja-se:

“Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.”

À vista disso, não se deve levar em conta elementos de prova que acarretem dúvidas quanto a autoria delitiva do agente, uma vez que poderá incidir na inobservância ao princípio do *in dubio pro reo* e, por força de sua natureza sancionadora é aplicável, também, no âmbito do Direito Administrativo.

4 Análise Sobre Embargos ou Interdições Ambientais

De início, é imprescindível consignar que o art. 225, da Constituição Federal do Brasil, prevê o direito a um meio ambiente equilibrado e, responsabiliza o Poder Público como defensor deste ambiente, afim de que se garanta o uso coletivo de forma ecológica. Acarretando a responsabilização ao poder público em desenvolver normas e diretrizes capazes de garantir este direito constitucional.

No entanto, em seu artigo 5º, caput, a Lei Maior, dispõe que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”, contudo, ao descumprir as diretrizes formuladas pelos órgãos públicos, poderá a pessoa física ou jurídica sofrer o embargo (interdição) de sua área, podendo ocorrer de forma parcial ou total.

A natureza jurídica do embargo é medida cautelar administrativa amparada no instituto *in dubio pro nature*, até que haja decisão definitiva do processo administrativo, (HARBER, 2012).

Entretanto, cabe elucidar que a natureza jurídica do embargo é também sanção administrativa, como estabelece a Lei de Crimes Ambientais. Esta somente se concretiza após o julgamento do auto de infração, tendo sua imposição estabelecida pela autoridade ambiental e, tendo sido assegurada o contraditório e a ampla defesa do autuado.

De outro lado, a medida cautelar administrativa, é tomada pelo agente atuante em campo no momento da lavratura do auto de infração e, possui efeitos imediatos, haja vista que a medida cautelar administrativa é uma medida urgente, com a finalidade de evitar danos maiores.

Nesse sentido, é também o entendimento do ilustre doutrinador TRENNEPHOL (2019): “o embargo de obra ou atividade pode ser uma medida acautelatória que visa impedir que a continuidade da ação resulte em maiores danos ao meio ambiente”.

Outrossim, merece ser trazido à baila o entendimento do respeitável CARVALHO (2020):

“o embargo de obra ou atividade será aplicado quando a obra ou atividade não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares. Essa medida tem por escopo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.” (CARVALHO, 2020).

Frisa-se ainda, que o embargo, seja como medida ou sanção, poderá ser revisto a qualquer tempo ao longo do curso do processo administrativo, contudo, a depender das condições pode a autoridade ambiental, ao jugar o auto de infração converter o embargo medida administrativa em embargo sanção, com previsão legal estabelecida no artigo 72 da Lei 9.605/98, veja-se:

“Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X – (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

(...)” (*Grifei*) (BRASIL, 1998).

A Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente, em seu art. 1º e art. 2º, assim dispõe:

“Art. 1º Regulamentar os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem em desmatamento, supressão ou degradação florestal quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora, previstas na Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 2º O embargo de que trata esta Instrução Normativa tem por objetivo cessar a infração e viabilizar as condições necessárias para a regeneração natural da vegetação nativa ou a melhor condução da recuperação da área degradada.” (BRASIL, 2008).

Incumbe citar alguns exemplos de áreas que poderão sofrer embargo imediato, tais como, áreas de desmatamento ilegal, ou queima não liberada ou até mesmo uma área que está sendo utilizada para uma atividade não autorizada, afim de impedir riscos maiores para o meio ambiente ou para a coletividade.

A esse propósito, faz-se mister trazer à colação o entendimento do renomado TRENNEPOHL (2019), que preconiza:

[...] “No caso de obras ilegais, irregulares, sem autorização quando exigida ou em desacordo com ela, justifica-se a aplicação imediata do embargo, como forma de impedir sua ultimação e o fato consumado, que obrigara a demolição da obra futuramente.” (TRENNEPOHL, 2019).

Ponderando que a interdição da área, ou o embargo, visa não somente o cumprimento da legislação, mas para que o ambiente que sofreu alguma degradação ou impacto negativo, se reconstitua. Podendo ainda ocorrer a interdição por mitigação de uma determinada área, até que se possa ter um diagnóstico mais preciso sobre os impactos causados à área em utilização.

Ademais, é importante destacar que por possuírem características únicas os biomas protegidos em especial são os que mais sofrem com manejo irregular dos ambientes naturais, além de causar danos irreparáveis à fauna e flora.

Outrossim, há infrações que não são solucionadas tão-somente com a aplicação de multas aos infratores, como por exemplo, a poluição danosa ao meio ambiente e à saúde humana, a caça sem licença e sobretudo o desmatamento não autorizado. Assim sendo, cabe frisar que a finalidade da administração pública é a proteção ao meio ambiente e não somente a penalização do transgressor.

À vista disso, verifica-se que a Administração por meio dos órgãos ambientais impõe o embargo como penalidade, mas também, como forma preventiva a ser aplicada pelo agente público, com o desígnio de propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação das áreas degradadas, quando ocorrem em áreas de proteção permanente (APP), áreas de reserva legal ou matas nativas. Em qualquer dos casos, seja penalidade ou prevenção, é necessário restringir exclusivamente ao local onde foi apurada a prática da atividade ilícita.

Também por este prisma é o entendimento de Carvalho (2020):

“O embargo deve restringir-se, espacial e territorialmente, aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, “não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.”

Desta forma, compete ao órgão ambiental fundamentar seu auto de infração com todas as provas plausíveis, quais sejam, laudos, fotografias, dados de localização entre outros, além disso, incumbe aos autuados o direito a ampla defesa para comprovar todas as suas alegações, assim como em todo processo administrativo.

Neste sentido Carvalho defende que:

“(...) o agente atuante devera colher todas as provas possíveis de autoria e materialidade. Deve haver uma descrição adequada da extensão do dano (...). Aqui, faz-se fundamental a descrição científica das coordenadas geográficas da área embargada, em toda a sua exata dimensão e abrangência, (...)”. (2020).

Importa salientar ainda, que não poderá ter fim o embargo até que a área degradada se recupere natural e completamente ou que o infrator comprove por

meio de documentação a regularidade da obra ou atividade danosa, que dependerá da análise e decisão da autoridade ambiental. Vale lembrar que as áreas desmatadas, por exemplo, ficaram sem atividade alguma, tendo em vista que estas dependem da regeneração natural, que só acontecem dentro de alguns anos.

Deste modo, insta frisar que a base legal que rege as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, no âmbito da Administração, qual seja, o Decreto nº 6514/2008 que estabelece em seu artigo 3º, inciso VII, que a medida do embargo não se restringe tão somente ao impedimento de uso da área, podendo também ser aplicado como forma preventiva de atividade danosa.

Imprescindível destacar que grande parte dos embargos irregulares das áreas em âmbito estadual são realizados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. Por outro lado, os embargos irregulares em âmbito federal são realizados pelo órgão ambiental, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que disponibiliza através do sistema SISCOM, o prosseguimento dos processos de embargos e autuações ambientais, possibilitando aos infratores o acompanhamento dos mesmos.

Com relação a cessação do embargo ou interdição, importa dizer que seus efeitos prescindem de decisão da autoridade ambiental competente para que tenham seus efeitos formalmente suspensos, conforme previsão legal estabelecida no artigo 15-B do Decreto nº. 6.514/2008, *in verbis*:

“Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (BRASIL, 2008).”

Cabe elucidar ainda, que em caso de descumprimento do embargo, os artigos 18 e 79, do mesmo supracitado diploma legal, sujeita o infrator a multas e sanções que podem ser tão ou mais onerosas aos transgressores.

Do artigo 18 do Decreto nº. 6.514/2008, *in verbis*:

“Art. 18. O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto no art. 79, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local objeto do embargo infringido;

II - cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

§ 1º O órgão ou entidade ambiental promoverá a divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular em lista oficial, resguardados os dados protegidos por legislação específica para efeitos do disposto no inciso III do art. 4º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, especificando o exato local da área embargada e informando que o auto de infração encontra-se julgado ou pendente de julgamento.

§ 2º A pedido do interessado, o órgão ambiental autuante emitirá certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.” (BRASIL, 2008).”

Do artigo 79 do Decreto nº. 6.514/2008:

“Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).” (BRASIL, 2008).”

Sobre tal aspecto, merece destaque o magistério de Carvalho (2020) que assevera:

“Em casos de descumprimento do embargo, o órgão ambiental deverá impor novas medidas cautelares, aplicando ao infrator a suspensão da atividade que originou a infração, o cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento, assim como comunicar o Ministério Público no prazo máximo de 72 horas, para que seja apurado o cometimento de infração penal.”

Assim, com o advento dos artigos retromencionados, tornou-se muito mais rigoroso o cumprimento ao embargo imposto pelo órgão ambiental competente, contudo, o termo de embargo ou interdição deve apontar que a proibição atribuída atinge somente a atividade ilícita, como por exemplo, em caso de desmatamento, haja vista que a utilização da área afetada para fins de atividades econômicas, pode ser proibida, tão-somente quando aplicado como sanção, após assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de normas jurídicas exerce os dispositivos legais de penalização no âmbito do Direito Ambiental ao que se refere aos crimes ambientais acarretados pelas ações antrópicas.

Bem como, existe uma afinidade em relação aos ramos do direito penal e do direito ambiental, para uma melhor compreensão acerca das divergências relacionada ao assunto em discussão.

Ademais, é evidente que a nossa Carta Constitucional ao tratar da matéria ambiental é umas das mais avançadas, não desmerecendo nossa atual legislação, que é também bastante ampla ao tratar de tal assunto, entretanto, resta claramente demonstrado que falta uma participação mais efetiva da sociedade, de outra forma, é plausível a ideia de que a conscientização da população brasileira, seja um possível “caminho” a se tomar no que diz respeito aos interesses difusos no âmbito de preservação e proteção das riquezas naturais e do meio ambiente em nosso país.

À vista disso, é notório para que nosso país alcance um grau satisfatório quanto a proteção ambiental, é imprescindível não só a participação da população brasileira como também das autoridades públicas, tendo em vista a ampla legislação protetiva de nosso ordenamento jurídico com relação ao meio ambiente, contudo o que falta é a eficácia ambicionada.

Isto posto, cumpre destacar que o infrator da legislação vigente fica sujeito as penalizações estabelecidas nas esferas penais, administrativas e civis, podendo ser aplicadas cumulativamente, contudo, necessário se faz aferir a mais adequada e suficiente para cada infração cometida.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR ISO 14001:15: **Sistemas De Gestão Ambiental** - Especificação e Diretrizes Para Uso. 2015.

AMADO, Frederico. **Curso de Direito e Prática Ambiental**. 1º ed. Juspodivm, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em 08 de jul. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. dispõe sobre as **sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm> acesso em 16 de out. 2021.

BRASIL. Superior tribunal de justiça. **É possível a responsabilidade penal de pessoa jurídica por dano ambiental**. <http://www.stj.jus.br/sites/stj/default/pt_br/noticias/noticias/%C3%9altimas/%C3%89-poss%C3%advel--a-responsabilidade-penal-de-pessoa-jur%C3%addica-por-dano-ambiental> Acesso em 25 de out. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AC: 10400150004663001** - Relator: Renato Dresch, Data de Julgamento: 10/10/2019, Data de Publicação: 15/10/2019.

BRASIL. Decreto nº 6.514 de julho de 2008. Dispõe sobre as **infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/decreto/d6514.htm> acesso em 02 de nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a **Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> acesso em 30 de ago. 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 001**, de 29 de fevereiro de 2008. <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/03042008_regulamentaprocedimentos.pdf> acesso em 17 de set. 2021.

CONAMA. Resolução Conama nº 306, de 5 de julho de 2002. **Licenciamento Ambiental – Normas e procedimentos**. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306>> acesso em 04 de ago. 2021.

CARVALHO, Délton. **Gestão Jurídica Ambiental**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2020.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: Cortez. p. 17-41.

ECO 92. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** de junho de 1992. Rio de Janeiro. <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio->

92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx> acesso em 25 de set. 2021.

DOTTI, René Ariel. **Incapacidade Criminal da Pessoa Jurídica: uma perspectiva do direito brasileiro.** in: **responsabilidade penal da pessoa jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva.** Coordenador Luiz Régis Prado. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2001.

HABER, Lilian Mendes. **Mineração e o Novo Código Florestal - parte 01.** Direito Eco, 2012, Disponível em <<http://direitoeco.com.br/2012/06/mineracao-e-o-novo-codigo-florestal.html>, acesso 02 de nov. 2021.

MILARÉ, Édis;. **Direito do Ambiente.** 9ª ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MILARÉ, Édis; Junior, Paulo José da Costa; Costa, Fernando José da. **Direito Penal Ambiental.** 2ª ed. rev. atual. ampl. São Paulo: revista dos tribunais, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Encontros e Caminhos: Formação de educadores Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MEIO AMBIENTE. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial-2002 GEO-3: Passado, presente e futuro.** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica. 2004.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental Esquemático.** 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SOUSA, Gaspar Alexandre de. Crimes ambientais: **responsabilidade penal das pessoas jurídicas.** Goiânia: AB, 2003.

TRENNEPOHL, Curt. **Infrações Ambientais: Comentários ao Decreto 6.514/2008.** São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2019.